

# O Livro de Missas da capela de Maria Dias: assegurando musicalmente a salvação na Igreja de S. Pedro de Évora no século XVI

*Henriques, Luís\**

A antiga Igreja colegiada de São Pedro de Évora localizava-se entre a atual Rua de Diogo Cão (parte da qual correspondia à antiga Rua de São Pedro) e o Pátio do Salema (também conhecido à época como adro ou pátio de S. Pedro), representando um exemplo de uma paisagem sonora hoje desaparecida. Após a extinção das ordens religiosas em Portugal ficou o convento de São Francisco da cidade desocupado e em gradual degradação pelo que, em 1840, foi para lá transferida a sede da paróquia de São Pedro, onde ainda se encontra atualmente.<sup>1</sup> O edifício primitivo da colegiada passou para a posse da Junta Geral do Distrito e nele foi instalada a Escola Normal de Évora, inaugurada a 16 de Outubro de 1884 (GODINHO, 1986-87, 67-68).



**Imagem 1:** Localização do edifício da antiga Colegiada de São Pedro de Évora (Google Earth, 2020).

---

\* CESEM / UÉvora – luiscfhenriques@gmail.com - Membro do Projeto PASEV – Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora (1540 – 1910) – ALT20-03-0145-FEDER-028584/LISBOA-01-0145.

<sup>1</sup> Embora, enquanto freguesia, tenha sido incorporada na freguesia da Sé, passando a denominar-se a freguesia como «Sé e São Pedro», a partir de 2013, com a reforma administrativa nacional, foi essa mesma freguesia incorporada em freguesia única, englobando as quatro freguesias urbanas de Évora (Sé, São Pedro, Santo Antão e São Mamede).

Poucas são as referências documentais sobre a Colegiada de São Pedro, como também sobre as restantes igrejas paroquiais da cidade (todas elas colegiadas) (HENRIQUES, 2017, 356). Esta escassez, conjugada com a riqueza documental e a dinâmica musical da Catedral entre os séculos XVI e XVIII, veiculada através dos estudos publicados pelo Cónego José Augusto Alegria em meados do século XX (ALEGRIA, 1944, 25-26), contribuiu largamente para a ofuscação da atividade litúrgico-musical nas restantes igrejas da cidade. Estas igrejas, de menor dimensão e com recursos económicos diminutos, em comparação com a Catedral, assumiram uma dinâmica musical diferente daquela desenvolvida na igreja maior da cidade, assente sobretudo numa prática diária do cantochão (HENRIQUES, 2017, 359). A quantidade diminuta de documentação da Colegiada de São Pedro parece já estar patente em 1758, no testemunho do seu prior, Manuel de Bastos da Cruz, para as *Memórias Paroquiais*. Este inicia a *Memória* de São Pedro advertindo para o «deplorável estado em que se acha o Cartorio desta Igreja de São Pedro, pois sendo huma das couzas, que se costuma entregar mais a memoria [...] até desta se carece» (*Memórias*, 1758, 843).

O testemunho do prior Manuel de Bastos da Cruz fornece uma descrição, embora muito superficial, de como seria o aspeto arquitetónico da Igreja de São Pedro pelo ano de 1758, constituindo uma das mais importantes fontes para a descrição deste templo, contributo fundamental para a perceção do seu espaço, bem como, da reconstituição da sua paisagem sonora em termos da organização e prática litúrgico-musical. O prior traça uma breve história da paróquia, referindo que o Bispo D. Giraldo Domingos a elevara a sede paroquial em 1312, constituindo também a respetiva colegiada. Esta era composta por um prior e seis beneficiados com *ónus* de coro (*Memórias*, 1758, 843). Isto significa que na Igreja se celebravam os ofícios com cantochão desde os tempos medievais, embora a comunidade religiosa fosse diminuta, mantendo o mesmo número de seis beneficiados até ao início do século XVIII (FONSECA, 1728, 217). O priorado da colegiada «era de rigoroso concurso», pertencendo a respetiva colação ao Bispo (e mais tarde, ao Arcebispo) de Évora. Os benefícios não eram de oposição, sendo os mesmos conferidos por renúncia ou vagando por óbito, tendo «alternativa os arcebispos com o Pontífice». Os beneficiados tinham apenas a obrigação de coro, uma vez que a administração dos sacramentos competia ao prior ou a um cura que o costumava auxiliar nessas funções (*Memórias*, 1758, 844).



**Imagem 2:** Atual edifício da igreja de São Pedro visto do terraço da Catedral (Foto: autor).

O prior prossegue descrevendo fisicamente o templo, «de uma so nave e, embora não muito grande, esta muito boa devido as obras realizadas pelo arcebispo D. Fr. Luis da Silva» (*Memórias*, 1758, 844). As paredes do templo estavam revestidas a azulejo e as três capelas tinham decoração de talha dourada. Refere que o sacrário, contendo o Santíssimo Sacramento, encontrava-se no altar-mor, que também possuía uma boa tribuna onde o Santíssimo era exposto nas festividades mais importantes. A igreja possuía duas capelas colaterais, dedicadas a Santo Cristo (Cristo Crucificado) e à Senhora da Glória, e um altar à entrada do templo, dedicado a Santa Catarina, que integrava uma capela de missas administrada por João Xavier de Atayde Sá e Meneses, pertencendo ao administrador a apresentação de uma capelania com obrigação de coro (*Memórias*, 1758, 844).

No entanto, esta descrição feita pelo prior corresponde ao aspeto setecentista do templo, após a profunda campanha de obras nele realizadas na última década do século XVII. Aquele que se pode considerar ter sido o aspeto da igreja ao longo do século XVII e, por associação, também do século precedente, surge detalhadamente descrito num testemunho de pessoa local que presenciou a dita campanha de obras do final de seiscentos, conhecendo assim o aspeto prévio do edifício. Trata-se de um manuscrito hoje preservado na Biblioteca Pública de Évora que narra uma *Breve relação da vida, e morte do grãde arcebispo de Ev.a D. Fr. Luis da Sylva* [...] e que se constitui como testemunho importante para uma noção do espaço interior da igreja, bem como uma perspetiva sobre a sua sonoridade.

Ao chegar aos feitos do Arcebispo D. Fr. Luís da Silva Teles (arcebispo de Évora entre 1691 e 1703), narra-se primeiramente a visita do arcebispo à Colegiada de São Pedro e o estado de degradação em que o prelado encontrou o templo. Refere o autor que a igreja era «algo tanto subterrânea», «taõ mal ornada e taõ mal asseada que lhe chamavam a adega de João Baptista [nome de um dos priores da colegiada]»<sup>2</sup>. Aqui, o termo «subterrânea» utilizado pelo autor do texto referia-se ao chão do interior da igreja estar mais fundo que o da rua, confirmado mais adiante quando nota que «a igreja era toda de terra solta, sem campa alguma» e que para se entrar na mesma «era forçoso descer uma quantidade de degraus por ser a igreja muito baixa»<sup>3</sup>. A profundidade do templo, aliada a um pé-direito bastante baixo (foi ordenado subirem-se as paredes mestras, bem como o arco triunfal da capela-mor, proporcionalmente à largura do edifício) supõe que se tratasse de um edifício de menores dimensões que o atual. Este teria uma capacidade para uma comunidade diminuta de fregueses da paróquia, podendo ser equiparado em termos de espaço a uma ermida (como, a título de exemplo, a atual de S. Brás extramuros). Junta-se à pequenez da igreja a fraca luminosidade do seu interior (o que aponta para características arquitetónicas medievais), que obrigou à abertura de duas janelas «rasgadas» para melhor iluminação<sup>4</sup>.

Um aspeto importante na arquitetura interior da igreja era a localização dos coros alto e baixo, uma vez que constituíam os locais onde se desenrolava a atividade litúrgico-musical. Na *Breve relação* é referida a existência do coro-alto, que ficava no interior da igreja (por oposição às obras de expansão realizadas para o exterior do templo primitivo), sobre «humas traves», assentes nas paredes laterais e em «duas toscas columnas»<sup>5</sup>. A sua exiguidade forçou à sua expansão, alterando a fisionomia da fachada da igreja. O coro-baixo, embora não mencionado, estaria localizado na capela-mor. O autor refere que as duas capelas colaterais formavam o transepto do templo, no entanto dada a sua dimensão, é de supor que não existisse espaço no cruzeiro para albergar o coro. Embora a comunidade de seis beneficiados não ocupasse grande espaço, a estante, bem como o cadeiral<sup>6</sup>, estariam certamente na capela-mor e não no cruzeiro, estando também presentes no coro-alto.

2 Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cód. CVI/1-27, f. 36r.

3 BPE, Cód. CVI/1-27, ff. 36v-37r. O desnível seria ainda considerável uma vez que, realizadas obras para baixar a porta principal, de forma a disfarçar a descida, ficou a mesma ainda com quatro degraus.

4 BPE, Cód. CVI/1-27, f. 36v.

5 BPE, Cód. CVI/1-27, f. 36v.

6 Não existe qualquer menção na *Breve relação* à existência de cadeiral ou estantes nos dois coros. No entanto, tratando-se de uma colegiada com obrigação de serviço no coro estas seriam peças de mobiliário cruciais à atividade litúrgico-musical da comunidade.



**Imagem 3:** Pórtico da entrada principal da igreja, hoje envolvido pelo edifício do final do século XIX (foto autor).

É ainda mencionado pelo autor, com algum detalhe, outro elemento arquitetónico-musical de particular importância, embora não estando diretamente relacionado com a atividade litúrgico-musical envolvendo a fundação de capelas. Trata-se do relato referente aos sinos da igreja. Aí é referida que a igreja tinha sineira com um sino que era tangido a partir do coro-alto e que, para o repicar era necessário subir à dita sineira através de uma *trapeyra* (janela aberta no telhado) por uma escada de mão. Foi construída uma nova sineira com escada de pedra ao tempo de D. Fr. Luís da Silva Teles, tendo sido comprado mais um sino, a expensas daquele arcebispo<sup>7</sup>.

As características elencadas pelo autor da *Breve relação* sugerem que, em termos do seu espaço interior, a Colegiada de São Pedro possuía, ao século XVI, chão de terra batida sem as lápides tumulares que se encontram em outras colegiadas da

7 BPE, Cód. CVI/1-27, f. 36v.

cidade, fraca luminosidade interior, em resultado de janelas exíguas (possivelmente frestas), bem como uma altura baixa, que restringia as dimensões do coro-alto e da capela-mor. Apesar da sua pequena dimensão e da exiguidade para as celebrações litúrgicas (que muito impressionou D. Fr. Luís da Silva Teles na sua visita), esta colegiada manteve bastante prestígio no universo eclesiástico da cidade desde a sua fundação nas primeiras décadas do século XIV<sup>8</sup>.

O prestígio da Colegiada de São Pedro na paisagem religiosa da cidade de Évora no século XVI está também vincado pelo número de missas de aniversário celebradas naquela igreja, cujas respetivas capelas foram coligadas entre 1533 e 1537 no *Tombo das Capelas de Évora*. A partir deste documento foram elencadas por Maria Ângela Beirante<sup>9</sup> várias estatísticas no respeitante à celebração de missas nas igrejas seculares e instituições monástico-conventuais da cidade e que permitem ter uma perspetiva do volume de celebrações nestes lugares. De acordo com a autora, o tomo regista 110 capelas, sendo 74 delas na cidade de Évora. Grande parte das capelas datam do século XV, com os conventos mendicantes (São Francisco e São Domingos) dominando as igrejas paroquiais e demais casas monástico-conventuais no que diz respeito à fundação de capelas. Ocorrem vários casos em que a mesma pessoa funda capelas em instituições religiosas diferentes. No que respeita aos fundadores, são sobretudo os homens que fundam capelas nas igrejas paroquiais da cidade enquanto nos mosteiros predominam as fundações femininas. Na sua maioria, os fundadores eram residentes em Évora e as capelas menos aristocráticas encontravam-se no convento de São Francisco e as mais aristocráticas nas igrejas paroquiais (BEIRANTE, 1982-83, 22-27).

A fundação de capelas e outros tipos de sufrágios perpétuos representou, desde a Idade Média, uma das formas mais importantes de assegurar o alívio das faltas em vida e a salvação da alma após a morte. Um dos meios mais utilizados para essa salvação consistiu na instituição de capelas de missas em igrejas seculares ou instituições monástico-conventuais da preferência do fundador. As questões relativas ao funeral e subsequente ciclo comemorativo anual foram tratadas num extenso estudo de Maria de Lurdes Rosa (2015) sobre a fundação de capelas fúnebres em Portugal entre 1400 e 1521. Em capítulo próprio, a autora analisou como os fundadores das capelas encaravam o momento da sua morte, assim como as cerimónias

---

8 O padre Francisco da Fonseca menciona como priores de S. Pedro, entre outros, D. Afonso Eanes, cónego da Catedral e bispo de anel de D. Álvaro de Abreu, em 1438 e D. Francisco Fernandes, Bispo de Fez, mestre-escola da Catedral e coadjutor do Bispo D. Afonso de Portugal, em 1513 (Fonseca, 1728, 217).

9 Há que referir que o número de capelas mencionadas no Tombo das Capelas de Évora não corresponde ao número total de capelas instituídas em Évora à data da sua realização, como refere a autora, apontando exemplos omissos (Beirante, 1982-83, 22).

temporárias a realizar, nomeadamente o funeral e consequentes comemorações semanais, mensais e anuais (ROSA, 2015, 400).

A ação da instituição de uma capela foi denominada pela autora como «espiritualizar o corpo». A um momento inicial, constituído por cerimónias temporárias que tinham como fim dar o tratamento necessário ao corpo (o momento do seu sepultamento), sucedia-se a instituição da capela para o tratamento da alma (ROSA, 2015, 400). Para os instituidores, os sufrágios perpétuos assentavam numa purgação lenta, sem fim definitivo, culminando no Juízo Universal, repartindo-se estes sufrágios ao longo desse tempo. Tanto as celebrações de média duração, como as perpétuas sofrem efeitos cumulativos: multiplicam-se as missas do dia posterior ao das exéquias, bem como as da novena e as do ano; procura-se encher o ano de missas e fundam-se várias capelas ou, em contrapartida, estipula-se grande número de missas por capela (ROSA, 2015, 401). Os sufrágios, constantes nos testamentos, constituem-se nestes documentos como a «encomendação da alma», uma fase ritual passada a texto onde eram confessados os pecados num tom suplicante, convocando a misericórdia de Deus, o auxílio de Maria e a intercessão dos Santos. Os rituais fúnebres ganhavam um significado transcendente, destinando-se a marcar o fim de uma vida imperfeita na Terra e iniciar um novo ciclo, auxiliando a alma a entrar na via da salvação (ROSA, 2015, 407).

Em alguns casos, as cerimónias fúnebres são descritas de forma detalhada nos testamentos, nomeadamente em documentos referentes à região de Lisboa, estudada pela autora. Alguns deles não especificam a quantidade de missas a serem celebradas, apenas descrevendo o conjunto das cerimónias. Em algumas situações não são requeridas missas fúnebres em específico, para além da cerimónia normal do funeral. Outras situações, requerem-se celebrações específicas como *as horas dos mortos* (consistindo nos ofícios de Matinas, Laudes e Vésperas), celebradas nos mosteiros, outros uma procissão solene no claustro ou, em casos particulares, um funeral solene com ofício de nove lições estando presentes o maior número de clérigos (ROSA, 2015, 409).

Regra geral, a maioria dos fundadores organiza as suas disposições testamentárias em torno de um determinado número de missas, elencando, conforme o caso, a forma da sua celebração: se cantadas, rezadas com horas, com orações ou com ofertas, por todos os clérigos ou apenas alguns. As fundações regem-se por uma multiplicidade de sufrágios, geralmente organizando-se em torno de alguns temas principais, mas deixando larga margem aos gostos individuais dos fundadores (ROSA, 2015, 409).

Uma das disposições mais comuns nos testadores lisboetas de quatrocentos é referência a trintários de missas. Sobre estes, refere a autora, que estavam ordenados

nos regimentos em várias festas do ano litúrgico, com cinco pelo Natal, cinco na Natividade de Nossa Senhora, cinco na Invenção da Santa Cruz, cinco na Anunciação, cinco na Ressurreição de Cristo e cinco na Assunção de Nossa Senhora. Em cada dia deviam rezar-se as Vésperas de finados com noturno (correspondendo ao ofício de Matinas?) e Laudes. Incluía ainda o trintário os sete salmos penitenciais em cantochão (sic *cantico graao*), juntando-se no século XVI a celebração das horas de Nossa Senhora (ROSA, 2015, 413).

Todavia, no caso de um manuscrito eborense do século XV, conservado na Biblioteca Pública de Évora, tanto o trintário de São Gregório como o de Santo Amador (MARTINS, 1959, 149) não se enquadram nas disposições testamentárias de Maria Dias pelo que se poderá excluir que as mesmas estivessem enquadradas nestes ciclos de celebração de missas.

O ciclo anual iniciava com o momento do falecimento do fundador, em que este era separado dos vivos e em que estes retomavam a vida normal. Era, deste modo, celebrada uma cerimónia própria – o aniversário – que, embora se tenha generalizado noutros calendários, manteve sempre um carácter de limite das celebrações anuais. Em termos litúrgicos, o marco anual (aniversário) reveste-se de alguma importância no âmbito do ciclo de comemorações por se tratar de uma repetição quase integral do funeral. Aqui, a presença do corpo era sugerida pela presença de uma essa, pelo alumiar de velas e deslocação à sepultura, sobre a qual se faziam várias orações. As cerimónias anexas incluía a repetição do toque dos sinos, do anúncio da morte e, quase sempre, da prática esmoler. Embora a presença da essa não esteja diretamente documentada, consistia na repetição do percurso do caixão (o saimento) do local da missa até à sepultura. Estão também presentes nos testamentos pedidos para o toque de sinos e acender de velas, preocupando-se autoridades eclesiásticas em que o aniversário fosse celebrado com o maior rigor e seguindo todos os parâmetros elencados pelo testador (ROSA, 2015, 423-424).

No respeitante aos pedidos dos testadores, encontra-se como exemplo, no livro de visitas da Colegiada de Santiago de Óbidos (visitação de 1467) um esquema cerimonial referente aos aniversários celebrados nessa igreja, que ilustra a regulamentação e obrigatoriedade que os mesmos tiveram no âmbito deste tipo de instituições. No documento, o visitador reitera a obrigação dos beneficiados em celebrar na véspera do dia ofício de Vésperas e Matinas *pro defunctis* e, no dia, a missa de Prima seria também *pro defunctis*. Caso se soubesse qual a sepultura do fundador, deveriam ir lá com cruz e água benta e cantar o responso (possivelmente *Libera me* ou *Ne recorderis*) sobre a mesma (PEREIRA, 1967-69, 173).

Maria de Lurdes Rosa estabelece três tipos de fundações de capelas. O primeiro destes tipos consiste naquilo que denomina como «capela-doação», cujos

bens estavam incorporados no património da instituição eclesiástica, sem ereção de benefício. A sua administração podia ser leiga, embora em geral recaísse na instituição eclesiástica. Os eclesiásticos dependiam da instituição (colegiada) em função a esta, e não da ligação à capela instituída, sendo os capelães designados pelo superior hierárquico (neste caso, o prior) de forma contingente. O segundo tipo é a «capela-benefício», constituída formalmente em benefício eclesiástico, com um capelão formalmente ligado à mesma. O terceiro tipo são as «capelas-serviço», cuja administração era entregue a pessoas alheias. O celebrante não recebia instituição canónica e, por conseguinte, este serviço estava fora da jurisdição eclesiástica (ROSA, 2015, 426). No caso da capela de Maria Dias, inclinamo-nos para o tipo «capela-doação». No seu testamento, a administração da capela é deixada a cargo de um seu sobrinho, não existindo menção a qualquer benefício ou capelão nomeado diretamente para a celebrar<sup>10</sup>.

No que diz respeito à fundação de capelas na cidade de Évora, o estudo de Maria Ângela Beirante sobre o *Tombo das Capelas de Évora* oferece uma perspetiva abrangente (embora não aprofundando nenhum caso em específico) sobre esta paisagem sonora específica da cidade no final de quatrocentos e primeira metade de quinhentos. Um dos pontos em que a autora aprofunda a estatística deste documento refere-se aos objetivos espirituais dos fundadores eborenses. Os testamentos e compromissos, embora seguindo modelos mais ou menos usuais e pouco pessoais, não deixam de transmitir as preocupações dos respetivos autores. Considerando a brevidade da vida, tendo consciência da sua indignidade e temendo o juízo divino, os fundadores eborenses procuraram remir na terra as suas culpas. Para o alcançarem os testadores invocam o auxílio celeste dos santos e, particularmente da Virgem Maria. Os conventos e igrejas têm como função celebrar todas as orações e missas fixadas nos compromissos: aniversários em datas fixas, trintários e ciclos anuais (BEIRANTE, 1982-83, 35-36).

Regressando ao número das 74 capelas presentes no *Tombo*, estas implicavam a celebração de 9214 missas anuais, não incluindo saimentos, horas canónicas, ladainhas, salmos penitenciais e não contando com as cerimónias de exéquias. Beirante chegou à conta de que este número de missas obrigaria as instituições identificadas à celebração de mais de 25 missas diárias. A autora prossegue identificando o número de missas por ano em cada uma das instituições, calculando a média de missas por dia em cada uma delas. Assim, os conventos de São Francisco e São Domingos surgem nas posições cimeiras com 4065 e 1442 missas anuais e 11, 1 e 4 missas diárias respetivamente. A Colegiada de São Pedro surge em terceiro lugar, acima da Catedral,

---

10 BPE, Pergaminhos avulsos, Pasta 03, Peça 006.

com 1260 missas anuais e uma média diária de 3, 4 missas. A autora esclarece que a média diária não pode ser interpretada de forma rigorosa, uma vez que existiam datas mais propícias ao longo do ano para a celebração de maior número de missas. É esse o caso do dia de Todos-os-Santos, seguido pelos oitavários da Páscoa e do Natal. Os dias das festas de determinados santos ou da Virgem também aglomeram a celebração de maior número de missas como a Conceição, Assunção, São Francisco, Anunciação, São João Batista, Santa Catarina ou Santo António de Lisboa. O dia da semana com maior carga de serviço litúrgico era a sexta-feira onde se celebrava a missa da Santa Cruz e comemoração da Trindade. Também os dias 1 e 15 de cada mês estavam mais carregados com obrigações de capelas (BEIRANTE, 1982-83, 36).

Geralmente, tanto a escolha da data e o cerimonial a pôr em prática, são determinados pelas rotinas religiosas ou devoções particulares dos instituidores. Além do pessoal eclesiástico que estava obrigado a comparecer na celebração das obrigações das capelas, também os seus administradores e provedores poderiam estar obrigados a comparecer a esses serviços, bem como poderiam também ser chamados a participar elementos do clero regular ou secular pertencentes a outras instituições. A autora menciona ainda a capela que Maria Dias mandou construir em São Pedro, afirmando desconhecer a sua invocação, o que não se encontra explicitado no *Tombo* (BEIRANTE, 1982-83, 37-38).

A capela instituída por Maria Dias na Colegiada de São Pedro de Évora enquadra-se no contexto acima descrito e, como já se referiu anteriormente, embora a sua estrutura não se enquadre nos ciclos de trintários que surgem em outras capelas eborenses, não deixa de representar uma adição significativa à paisagem sonora desse templo. Maria Dias era camareira da Rainha D. Beatriz, consorte do Rei D. Afonso IV. Pelo testamento de Maria Dias, datado de 1377, esta assume-se como moradora e vizinha de Évora pelo que, possivelmente, ter-se-á estabelecido na cidade alentejana após 1357, ano da morte da Rainha. Enquanto camareira, terá tomado parte ativa no círculo mais próximo da Rainha, que, regra geral, era composto por elementos de grupos aristocráticos. Em troca da lealdade, fidelidade e obediência, a Rainha recompensava-as com proteção, educação, casamento e promoção social. Um dos meios de proteção consistia nos legados testamentários e, crê-se, Maria Dias, enquanto camareira, terá sido contemplada. Nos testamentos de D. Beatriz encontram-se doações, como em 1357, onde deixa a todas as donzelas que a acompanhavam a quantia de quinhentas libras para casarem ou mesmo que se mantivessem solteiras (que parece ter sido este último o caso de Maria Dias) (MENINO, 2012, 189-190). Esta influência parece estar patente no próprio testamento de Maria Dias, onde estipula que o capelão encarregado de celebrar missa na sua capela encomendasse a Deus a alma da Rainha D. Beatriz, de D. Afonso IV

e de D. Pedro<sup>11</sup>. Por aqui, entende-se que se trata de uma retribuição por parte da camareira pela proteção legada pela Rainha<sup>12</sup>. Deste modo, a camareira Maria Dias tinha certamente origem num meio aristocrático tendo sido também, com grande certeza, uma das protegidas nas disposições testamentárias da Rainha D. Beatriz. Esta instituiu, por sua vez, uma capela do tipo «capela-doação» na Colegiada de S. Pedro com as obrigações já descritas anteriormente, que incluiu a encomendação da alma da sua patrona.

Pelo seu testamento, elaborado em 1377, sabe-se que Maria Dias era moradora e vizinha na paróquia de São Pedro de Évora. A testadora determinou a celebração de um ofício de nove lições (solene) *pro defunctis* quando fosse sepultada em São Pedro, como também a celebração de outro ofício no convento de São Francisco no dia do seu sepultamento. A seguir a estas cerimónias temporárias, o testamento estabelece a capela de missas propriamente dita com uma missa a ser celebrada no dia de Todos-os-Santos (1 de Novembro) encomendando o capelão «todos os pecados que fiz no mundo», uma missa no dia de Santa Maria de Agosto (Assunção da Virgem, 15 de Agosto), uma missa no Dia de São João Evangelista (27 de Dezembro) e S. João Batista (24 de Junho) e ainda uma segunda missa no dia de Todos-os-Santos, fechando o ciclo anual. Nestas missas, o capelão que as celebrasse deveria lembrar os seus pais, bem como a Rainha D. Beatriz. Para além destas disposições, o testamento determina ainda que se construa uma capela própria na Colegiada de São Pedro para aí ser sepultada a testadora, com a invocação do «meu Senhor Santo Cristo»<sup>13</sup>. Trata-se da capela de Cristo Crucificado (Santo Cristo) que, como se viu anteriormente era uma das duas capelas colaterais à capela-mor. No testamento não se encontram mais detalhes relativamente a como deveriam ser celebrados os ofícios e as missas para além da obrigação de uma missa quotidiana celebrada no coro à qual estavam obrigados a assistir os restantes clérigos da colegiada, bem como às restantes missas celebradas na capela.

Um fator de alguma relevância relativamente a esta capela é a sua regulação no início do século XVI, através da compilação em livro próprio, das missas nela celebradas. Este parece constituir um exemplo pouco frequente na dinâmica musical das capelas de missas eborenses, embora a falta de estudos relativamente a esta componente não permite perceber a real dimensão da produção de livros litúrgico-musicais para essa finalidade. No entanto, o livro confere um destaque particular

---

11 Biblioteca Pública de Évora, Pergaminhos avulsos, Pasta 03, Peça 006.

12 Para uma análise exaustiva sobre a casa da Rainha D. Beatriz, veja-se MENINO, 2012, mais concretamente a p. 173 e seguintes, sobre os vassallos e serviçais.

13 BPE, Pergaminhos avulsos, Pasta 03, Peça 006.

relativamente à paisagem sonora das capelas da cidade de Évora na primeira metade do século XVI, pela sua associação direta à Colegiada de São Pedro.

A sua associação à Colegiada de São Pedro é logo denunciada na descrição presente no primeiro fólio do livro. Nele se refere ser o livro das missas e outros encargos que o administrador da capela de Maria Dias na igreja de São Pedro, à época Fernão Borges, fidalgo da casa real (bem como os seus sucessores), estava obrigado a mandar «dizer e cumprir por bem da dita instituição». O administrador havia mandado fazer o dito livro e o entregara ao então prior da Colegiada D. Francisco [Fernandes], Bispo de Fez, bem como aos seus beneficiados. Com o livro foram também entregues os ornamentos e outras alfaias litúrgicas inventariadas no final do livro<sup>14</sup>. A partir desta descrição inicial percebem-se várias ideias sobre o funcionamento da capela, bem como de uma hipótese de data para a cópia do livro.

No que respeita ao funcionamento da capela, como se disse, no final do livro (fólios 22r-23r) é apresentado um inventário dos paramentos, alfaias litúrgicas e outros utensílios para o culto divino na capela e respetivo valor monetário. Para além de paramentos de várias cores, frontais, um cálice de prata, galhetas, é de particular importância para o presente estudo a presença de uma estante pequena para o altar. Esta peça deveria ser semelhante aos espécimes que ainda hoje se conhecem, uma vez que deveria ser guardada, junto com as restantes peças da capela, numa arca de castanho fechada à chave. Deste modo, em termos espaciais, as missas cantadas a partir do livro seriam-no feitas voltado para o altar. Na hipótese de os beneficiados cantarem as missas a partir deste livro, teriam de o fazer, aglomerando-se junto ao altar, possivelmente atrás do celebrante. Sabe-se, contudo, a partir do testamento, que a missa quotidiana seria cantada no coro da igreja. Um outro aspeto refere-se à data da produção do livro. A partir desta descrição inicial, depreende-se que o livro terá sido produzido ao tempo em que D. Francisco Fernandes, Bispo de Fez, era prior da Colegiada de São Pedro, o que circunscreve a sua realização ao início do século XVI. Como já mencionado anteriormente, D. Francisco Fernandes era mestre-escola da Catedral e coadjutor do Bispo D. Afonso de Portugal pelo ano de 1513, talvez desde 1496, ano em que regressou de Roma. Faleceu em Évora no ano de 1521 (FONSECA, 1728, 366). Assim, estaria em Évora seguramente entre 1513 e 1521, período em que se crê ter sido mandado copiar o livro para a capela de Maria Dias.

Ainda um pormenor que em muitos casos não se chega a conhecer tem que ver com os custos de produção do livro. Numa análise inicial ao seu aspeto visual, percebe-se que se trata de um livro caro na sua produção, com uma encadernação

---

14 BPE, Cód. CXXV/2-8, f. [1r].

cuidada e com vários detalhes gravados a ferros secos, bem como grande quantidade de letras iluminadas no seu interior a vermelho, azul e verde, bem como o texto, redigido num estilo de letra gótica cuidado. No final do inventário vêm discriminados com algum detalhe os custos da sua produção. O livro custou 1340 reais na sua totalidade. A título de comparação, o cálice de prata branco havia custado 4120 reais. Desses 1340 reais, foram pagos 400 reais ao escrivão (copista) que o escreveu e 450 reais ao iluminador. Os pergaminhos da Flandres custaram 240 reais, recebendo o encadernador 250 reais pelo respetivo serviço<sup>15</sup>.



**Imagem 4:** Detalhe Cód. CXXV/2-8, f. [14r] (foto autor).

As missas presentes no livro da capela não correspondem com exatidão aquelas mencionadas no testamento de Maria Dias. Das missas mencionadas no testamento, encontram-se, para além da Missa *pro Defunctis*, a Missa de Santa Maria de Agosto (Assunção), bem como a de São João Evangelista, faltando a de São João Batista. No livro foi incluída uma nova missa, a de Santa Catarina de Alexandria (celebrada a 25 de Novembro), que não constava na disposição testamentária inicial, sem existir, aparentemente, qualquer motivo para a sua inclusão no volume. Uma hipótese, embora remota, é que poderá estar relacionada com a já mencionada capela de Santa Catarina, localizada à entrada do templo, administrada por João Xavier de Atayde,

15 BPE, Cód. CXXV/2-8, f. [22v]-[23r].

referida na *Memória* de 1758. No entanto, desconhece-se quaisquer outros detalhes sobre essa capela, nem tão pouco se conhece a data da sua fundação.

No respeitante às capelas de missas e o seu impacto na paisagem sonora das instituições onde foram fundadas, dois estudos avançam algumas ideias, nomeadamente entre os repertórios musicais a elas associados, concretamente, a presença de cantochão e música polifónica, e que contribuem para ilustrar o contexto eborense objeto do presente estudo. Os estudos históricos sobre a fundação de capelas, embora foquem de forma profunda as características sociais e económicas dos fundadores e alguma parte da liturgia a elas associada na respetiva instituição religiosa, têm frequentemente passado ao lado de uma componente importante que consiste na música feita durante essas cerimónias, frequentemente cantochão, mas em casos especiais, também polifonia. O mesmo se poderá dizer dos estudos de musicologia, que também frequentemente têm classificado a fundação de capelas como uma matéria voltada para os estudos históricos, focando-se essencialmente na atividade das instituições e não tanto no ato fundacional. Esta última afirmação é transmitida por Barbara Hagggh num estudo metodológico, publicado em 1996, sobre a dicotomia «fundação – instituição»<sup>16</sup>, servindo de introdução à parte musical do presente estudo, após apresentação do contexto geográfico e cerimonial envolvendo o testamento de Maria Dias e o livro elaborado para a sua capela. A autora avança algumas ideias e metodologia para o estudo da fundação de capelas. Estas foram estabelecidas com um dote inicial e posteriormente suportadas pelos membros das gerações seguintes da família do fundador, *in perpetuum* com o propósito específico de salvação da alma (HAGGH, 1996, 95-96), como já desenvolvido anteriormente neste estudo. Grande parte da documentação nas igrejas e conventos em torno desta temática compreende a transferência de propriedades: involuntárias, na forma de rendas, e voluntárias, incluindo legados ou transferências de outro tipo que não requeriam qualquer contrapartida. Das que requeriam uma contrapartida, consideradas por Hagggh como «fundações», consistiam no estabelecimento de uma missa ou ofício *pro defunctis* (usualmente como óbito ou comemoração de aniversário, como já se viu anteriormente) que raramente incluía cantochão ou polifonia nova, para além do repertório já existente e em uso na instituição religiosa (HAGGH, 1996, 101).

---

16 Note-se que o termo «instituição» utilizado por Barbara Hagggh refere-se, não ao ato de fundar (para isso utiliza «fundação»), mas enquanto entidade (igreja, colegiada, mosteiro, grupo de músicos, etc.), o que a mesma clarifica caracterizando as instituições como «entidades corporativas introduzidas por consenso e financiadas primeiramente por impostos e taxas» [tradução livre pelo autor] (Hagggh, 1996, 95).

Tomando como exemplo, algumas fundações de capelas na região de Bruges na segunda metade do século XV, a autora refere que a celebração destas missas e ofícios *pro defunctis* constituía uma grande percentagem da atividade das igrejas, sendo geralmente classificadas como de nove lições. A polifonia representava uma percentagem diminuta no âmbito da celebração destas missas, sendo o cantochão o repertório musical em uso (HAGGH, 1996, 101). A autora enfatiza a importância dos testamentos, bem como, dos calendários de aniversários para a perceção da atividade de determinada igreja ou mosteiro e, conseqüentemente, da respetiva dimensão musical e a relação entre o cantochão e a polifonia (HAGGH, 1996, 101). Dos vários indivíduos envolvidos no processo de fundação, Haggh destaca o fundador como a figura central e de maior importância em todo o processo. É frequente encontrar adições de repertório monódico específico de fundações (capelas), na forma de fascículos ou partes marginais, em livros de cantochão, resultante das disposições testamentárias do fundador. Noutros casos de fundações onde não existe repertório musical monódico associado, é difícil deduzir a natureza da polifonia sacra exigida pelas mesmas, uma vez que este repertório polifónico surgia como a solenização de uma cerimónia que, em geral, seria feita em cantochão (HAGGH, 1996, 113). Haggh respondia desta forma à comunidade musicológica da época, focada em encontrar polifonia no âmbito das fundações de capelas flamengas do final do século XV. De acordo com a autora e verificando essa ocorrência nos casos portugueses estudados (Lisboa e Évora), existe a predominância absoluta do cantochão como elemento musical de celebração das missas e ofícios das capelas fundadas. No caso de Évora, seria certamente difícil isso acontecer (em São Pedro) pela dimensão da comunidade religiosa encarregada de celebrar essas cerimónias, como adiante se verá.

No entanto, num caso em concreto respeitante à Catedral de Sevilha no final do século XV e primeira metade do XVI, foi possível verificar um misto de cantochão e polifonia presente ou associada à fundação de algumas capelas nessa instituição. No estudo das «fundações privadas» na Catedral de Sevilha realizado por Juan Ruiz Jiménez, o autor refere que as mesmas, pela sua diversidade, complexidade e fausto, traduzido num dispêndio económico considerável, correspondem em muitos casos à forte hierarquização social da época (JIMÉNEZ, 2014, 57). Como ocorre com outras tipologias fundacionais, no estabelecimento do ritual *pro defunctis*, a hierarquização social aparece perfeitamente definida e concretiza-se num investimento económico previsto para a sua solenização, onde a música surge como um dos fatores principais, em resultado da «ganância salvífica» que os administradores proporcionavam ao finado (JIMÉNEZ, 2014, 76).

As «horas fúnebres» e aniversários das «capelas fúnebres» da Catedral apresentam-se, assim, como duas das facetas de um complexo de celebrações *pro defunctis* desenvolvidas a curto, médio e longo prazo (JIMÉNEZ, 2014, 75). Deste modo, os aniversários na Catedral de Sevilha estavam classificados como solenes, simples ou memórias. Os aniversários solenes incluíam cantores e toque de sinos em ambas as torres da Catedral. No caso dos simples, verifica-se o inverso: celebração sem cantores, nem toque de sinos (JIMÉNEZ, 2014, 76). Em certas ocasiões poderiam estar presentes indivíduos pertencentes a diversos coletivos do clero regular ou secular alheios ao grupo de clérigos encarregados da celebração regular da capela.

Jiménez reconhece a dificuldade em determinar a evolução do aparato associado que o ofício e missa *pro defunctis* teve na Catedral de Sevilha, o que também, em certa parte, ocorre em São Pedro de Évora excetuando-se, talvez, o caso particular objeto do presente estudo. Em certa forma, o autor refugia-se, no que diz respeito às primeiras manifestações deste tipo documentas, às primeiras referências sobre o toque dos sinos, por volta do ano de 1373. Por volta do ano de 1411, os aniversários estavam já regulamentados e classificados na Catedral. Essa data reporta ao aniversário (solene) do Arcebispo Remondo de Losaña (falecido em 1286)<sup>17</sup>. Determinava o documento que se haviam de tanger todos os sinos de ambas as torres. Deveria celebrar-se vigília e missa do dia com a presença de cantores. Na manhã do dia cantar-se-iam os responsórios *Ne recorderis* e *Libera me* e na tarde, após a terceira lição, os mesmos dois responsórios por ordem inversa. No aniversário (solene) do Arcebispo Don García (falecido em 1294) destinava-se o tanger dos sinos (sem especificar quantos), os cantores tomariam capas até ao responsório, acendendo cada um deles um círio durante o mesmo. Para estes dois casos, Jiménez colocou a hipótese de os responsórios identificados serem já cantados em polifonia, uma vez que as versões polifónicas mais antigas conhecidas atualmente na Catedral são de Francisco de la Torre, compositor que passou por essa instituição em 1464 (JIMÉNEZ, 2014, 79). Neste caso em concreto é possível avançar uma hipótese para a presença de polifonia na celebração destes aniversários, embora a sua presença fosse diminuta quando comparada ao repertório monódico, como avançou Barbara Hagg. No entanto, a possibilidade deste tipo de associações ocorre dentro do sistema litúrgico-musical de uma Catedral (com a importância que a de Sevilha teve), sendo a tarefa mais difícil ao tratar-se uma igreja paroquial, mesmo com uma colegiada.

---

17 No estudo de Juan Ruiz Jiménez respeitante aos aniversários da Catedral de Sevilha, há que ter em conta que se trata da atividade numa catedral e não numa igreja paroquial com colegiada, de menor dimensão em termos de investimento económico, bem como estruturas musicais. Para este caso, existem exemplos posteriores que não se enquadram no período histórico tratado no presente estudo.

No caso de Évora, encontramos a sua Catedral com uma atividade musical dinâmica, com estruturas musicais como o colégio de bacharéis, a capela musical e o Colégio dos Moços do Coro, estando cada uma delas relativamente bem estudada<sup>18</sup>. No entanto, à exceção talvez da colegiada de Santo Antão<sup>19</sup>, as outras colegiadas da cidade parecem não ter tido uma atividade musical significativa, para além da prática diária do cantochão (HENRIQUES, 2017, 355-356). Deste modo o livro de defuntos da capela de Maria Dias, quer pelo seu conteúdo, quer pelo contexto onde se insere, surge numa paisagem sonora que cremos tenha sido dominada exclusivamente pelo repertório monódico (cantochão).

Um dos aspetos que à primeira vista o parecem indiciar é a ausência de notação musical no *Proprium* das missas indicadas para serem cantadas na capela. Isto presupunha que os clérigos já conhecessem o repertório em causa. No que concerne ao conteúdo musical do livro propriamente dito, o presente estudo focou-se em concreto nas rubricas do *Proprium Missae*, que estariam presentes no Graduale, nomeadamente o *introitus*, *graduale*, *alleluia*, *Offertorium* e *communio*. Embora não tenha sido uma análise exaustiva, procurou-se encontrar alguma concordância que permitisse ter uma perceção de qual seria a sonoridade do repertório monódico praticado nestas rubricas e, em concreto, se as mesmas são originadas nos usos de Braga ou Évora, uma vez que se trata de uma fonte pré-Tridentina<sup>20</sup>.

Para este estudo foram utilizadas três fontes impressas que datam do período próximo ao da produção do livro eborense. A primeira dessas fontes é o missal eborense, impresso em 1519 por Germam Galharde segundo o Uso de Évora (*Missale*, 1519). A segunda fonte compõe-se do chamado Gradual de Braga, livro de coro que terá sido copiado entre 1510 e 1515, bem como do Missal seguindo o Uso de Braga, impresso em 1538. A terceira fonte é um *Missale Romanum*, incunábulo impresso em Veneza em 1498, atualmente conservado na Biblioteca Nacional de Portugal (*Missale*, 1498). A Imagem 5 constitui uma tabela de concordâncias textuais das rubricas respeitantes às quatro missas constantes no livro e instituídas na capela de Maria Dias. No caso de Braga, optou-se por incluir o chamado Gradual de Braga, por ser uma fonte coeva ao Missal de 1538.

---

18 Para uma síntese da história destas estruturas veja-se Alegria, 1944 ou Alegria, 1973.

19 Na colegiada de Santo Antão encontra-se o compositor, cantor e mestre de capela Manuel Mendes nas últimas décadas do século XVI (Alegria, 1944, 41).

20 Sobre a questão dos Usos medievais, veja-se o estudo de João Pedro Alvarenga sobre o *officium defunctorum* nos Usos medievais portugueses (Alvarenga, 2017).

**Missae in agenda pro mortuis** [ ff. [5r]-[8r] ]

TIPO	INCIPIIT	MISSALE ELBORENSIS <sup>21</sup>	GRADUALE BRAC. <sup>22</sup>	MISSALE ROMANUM <sup>23</sup>
Introitus	<i>Requiem aeternam</i>	<i>Requiem aeternam</i>	<i>Requiem aeternam</i>	<i>Requiem aeternam</i>
	¶ <i>Te decet hymnus</i>	¶ <i>Te decet hymnus</i>	¶ <i>Te decet hymnus</i>	¶ <i>Te decet hymnus</i>
Graduale	<i>Requiem aeternam</i>	<i>Requiem aeternam</i>	<i>Requiem aeternam</i>	<i>Requiem aeternam</i>
	¶ <i>In memoria</i>	¶ <i>In memoria</i>	¶ <i>In memoria</i>	¶ <i>In memoria</i>
Tractus	<i>Absolve Domine</i>	<i>Absolve Domine</i>	<i>Absolve Domine</i>	<i>Absolve Domine</i>
	¶ <i>Et lucis aeternae?</i>	¶ <i>Et lucis aeternae</i>	¶ <i>Et lucis aeternae</i>	¶ <i>Et lucis aeternae</i>
Offertorium	<i>Domine Jesu Christe</i>	<i>Domine Jesu Christe</i>	<i>Domine Jesu Christe</i>	<i>Domine Jesu Christe</i>
	¶ <i>Hostias et preces</i>	¶ <i>Hostias et preces</i>	¶ <i>Hostias et preces</i>	¶ <i>Hostias et preces</i>
Communio	<i>Lux aeterna</i>	<i>Lux aeterna</i>	<i>Lux aeterna</i>	<i>Lux aeterna</i>
	¶ <i>Requiem aeternam</i>	¶ <i>Requiem aeternam</i>	¶ <i>Requiem aeternam</i>	¶ <i>Requiem aeternam</i>

**In festo assumptionis bte marie ugis** [ ff. [8r]-[10r] ]

TIPO	INCIPIIT	MISSALE ELBORENSIS <sup>1</sup>	GRADUALE BRAC. <sup>2</sup>	MISSALE ROMANUM <sup>3</sup>
Introitus	<i>Gaudeamus omnes</i>	<i>Gaudeamus omnes</i>	<i>Gaudeamus omnes</i>	<i>Gaudeamus omnes</i>
	¶ <i>Eructavit cor meum</i>	¶ <i>Eructavit cor meum</i>	¶ <i>Gaudent angeli</i>	¶ <i>Eructavit cor meum</i>
Graduale	<i>Propter veritatem</i>	<i>Propter veritatem</i>	<i>Propter veritatem</i>	<i>Propter veritatem</i>
	¶ <i>Audi filia et vide</i>	¶ <i>Audi filia et vide</i>	¶ <i>Audi filia et vide</i>	¶ <i>Audi filia et vide</i>
Alleluia	<i>Assumpta est Maria</i>	<i>Assumpta est Maria</i>	<i>Assumpta est Maria</i>	<i>Assumpta est Maria</i>
			¶ <i>Post partum Virgo</i>	
			<i>Hodie Maria virgo</i>	
Offertorium	<i>Assumpta est Maria</i>	<i>Felix namque</i>	<i>Diffusa est gratia</i>	<i>Assumpta est Maria</i>
Communio	<i>Optimam partem elegit</i>	<i>Dilexisti justitiam</i>	<i>Dilexisti justitiam</i>	<i>Optimam partem elegit</i>

**In festo sci iohannis apli euangeliste** [ ff. [10r]-[11v] ]

TIPO	INCIPIIT	MISSALE ELBORENSIS <sup>1</sup>	GRADUALE BRAC. <sup>2</sup>	MISSALE ROMANUM <sup>3</sup>
Introitus	<i>In medio ecclesiae</i>	<i>In medio ecclesiae</i>	<i>In medio ecclesiae</i>	<i>In medio ecclesiae</i>
	¶ <i>Bonum est confiteri</i>	¶ <i>Bonum est confiteri</i>	¶ <i>Jucunditatem et exsultationem</i>	¶ <i>Bonum est confiteri</i>
Graduale	<i>Exiit sermo inter fratres</i>	<i>Exiit sermo inter fratres</i>	<i>Exiit sermo inter fratres</i>	<i>Exiit sermo inter fratres</i>
	¶ <i>Sed sic eum volo</i>	¶ <i>Sed sic eum volo</i>	¶ <i>Sed sic eum volo</i>	¶ <i>Sed sic eum volo</i>
Alleluia	<i>Hic est discipulus ille</i>	<i>Hic est discipulus ille</i>	<i>Hic est discipulus ille</i>	<i>Hic est discipulus ille</i>
		<i>Valde honorandus est</i>		
Offertorium	<i>Justus ut palma</i>	<i>Justus ut palma</i>	<i>Justus ut palma</i>	<i>Justus ut palma</i>
Communio	<i>Exiit sermo inter fratres</i>	<i>Exiit sermo inter fratres</i>	<i>Exiit sermo inter fratres</i>	<i>Exiit sermo inter fratres</i>

**In festo sancte Catherine ugis e mris** [ ff. [11v]-[13v] ]

TIPO	INCIPIIT	MISSALE ELBORENSIS <sup>1</sup>	GRADUALE BRAC. <sup>2</sup>	MISSALE ROMANUM <sup>3</sup>
Introitus	<i>De caelis Catherine</i>	<i>Gaudeamus omnes</i>	-	<i>De caelis Catherine</i>
	¶ <i>Dec audiens beata</i>	¶ <i>Eructavit cor meum</i>		¶ <i>Dec audiens beata</i>
Graduale	<i>Percussa gladio dat</i>	<i>Dilexisti justitiam</i>	-	<i>Percussa gladio dat</i>
	¶ <i>Membris virginis</i>	¶ <i>Ave gemma claritatis</i>		¶ <i>Membris virginis</i>
Alleluia	<i>Catherina flos rosarum</i>	<i>Ave gemma claritatis</i>	-	<i>Catherina flos rosarum</i>
Offertorium	<i>Prudens vigilans virgo</i>	<i>Filiae regum in honore</i>	-	<i>Prudens et vigilans virgo</i>
Communio	<i>Ave virginum gemma</i>	<i>Principes persecuti sunt</i>	-	<i>Ave virginum gemma</i>

Imagem 5: Missas do Livro de Maria Dias.

21 *Missale secundum consuetudinem Elborensis Ecclesie nouiter impressum*. Lisboa: Germam Galharde, 1509 [1519].

22 Arquivo da Sé de Braga, Ms. 034 [*Gradual de Braga*].

23 Biblioteca Nacional de Portugal, inc-1026 [*Missale Romanum*].

Para a missa *pro defunctis*, encontrou-se concordância entre o livro de Maria Dias e as três fontes elencadas anteriormente. Isto estará relacionado com a própria natureza e evolução do *proprium* desta missa, bem como uma consolidação dos textos numa fase inicial. Para além disso, a própria função da missa não proporciona espaço para variantes. A missa para a festa da Assunção da Virgem encontra concordância completa no missal romano. No caso das fontes de Évora e Braga, existem concordâncias textuais exceto o *offertorium* e o *communio*. No caso do gradual bracarense, é indicado um verso diferente para o *introitus*. O mesmo ocorre com o *introitus* para a festa de São João Evangelista, com um verso diferente das restantes três fontes no gradual bracarense. O restante *proprium* encontra concordância em todas as fontes. No caso da festa de Santa Catarina, o missal eborense utiliza rubricas do *commune virginum* em contraste com as rubricas textuais próprias nomeando a Santa, que podem ser encontradas no missal romano. Esta festa não surge nomeada no gradual bracarense, supondo-se que seriam utilizadas as rubricas do *commune virginum*. Uma vez mais, o livro de Maria Dias reproduz escrupulosamente as rubricas encontradas no missal romano.

A partir da tabela (Imagem 5) percebe-se que o livro da capela de Maria Dias terá sido copiado a partir do *Missale Romanum*, diferindo na escolha de algumas rubricas do missal eborense, nomeadamente no *offertorium* e *communio*. Isto leva a avançar a hipótese de que o missal segundo o Uso de Évora não estaria difundido nas igrejas paroquiais da cidade, pelo menos, não estaria em uso na Colegiada de São Pedro. No entanto, a escassez de fontes litúrgico-musicais pertencentes a estas igrejas, que possibilitariam uma visão mais abrangente sobre a sua paisagem sonora, não permite avançar para além desta perspetiva superficial.

O livro possui rubricas com notação musical entre os fólhos 14r e 16v, sendo as mesmas escritas em notação quadrada sobre pentagrama, utilizando a clave de Fá na quarta linha em todas elas (Imagem 4). Tal como acontece nos missais, estas rubricas correspondem às frases cantadas pelo celebrante, às quais responde o coro. Trata-se da bênção e prefácio. O prefácio inicial (Imagem 4) encontra concordância apenas no missal eborense e no missal romano. No livro de Maria Dias foram incluídos o prefácio para as festas da Virgem Maria (com menção à Assunção) e prefácio para as festas de Apóstolos (sem menção a São João Evangelista). O prefácio para a festa da Assunção encontra concordância tanto no missal eborense, como no missal bracarense, com algumas variantes no missal romano. O prefácio para os Apóstolos encontra-se logo a seguir ao mariano no missal eborense, tal como ocorre no livro de Maria Dias, não ocorrendo no missal bracarense nem no missal romano. Para além da primeira frase «Equum et salutare», que diverge do missal eborense, todo o restante cantochão do livro de Maria Dias tem concordância com

o missal eborense. Deste modo, apesar da escolha de rubricas do *Proprium Missae* do livro de Maria Dias se inclinar para a orientação do missal romano, a parte relativa aos prefácios próprios para as festas tendem, com algumas variantes, a seguir o cantochão presente no missal eborense. Assim, como refere João Pedro d'Alvarenga relativamente ao breviário eborense de 1548, poderemos estar na presença de uma contaminação romana do repertório eborense (ALVARENGA, 2017, 198).

Por volta de meados do século XVI, os aniversários celebrados na Colegiada de São Pedro ao longo do ano litúrgico foram reunidos numa folha, possivelmente para informação da comunidade sobre a rotina litúrgico-musical quotidiana. Comparativamente com os números apresentados anteriormente, referentes ao período entre 1533 e 1537, à data da elaboração da folha a igreja tinha o encargo de celebrar 72 missas ao longo do ano, mais 80 missas anuais na «capela da loba». Para além destas missas, a comunidade estava ainda obrigada a celebrar quatro aniversários que incluíam missas diárias, sendo uma delas de Maria Dias<sup>24</sup>. O número de encargos regulares na igreja encontra-se muito próximo daqueles elencados no *Tombo das Capelas de Évora*, com a adição de um número significativo por fundação da chamada capela da loba<sup>25</sup>. O número de missas diárias também cresceu com quatro missas diárias, às quais se juntavam as missas dos ciclos anuais.

No final do livro de Maria Dias, uma nota manuscrita, datada de 20 de Setembro de 1601, em resultado de visitação à igreja refere que o Padre António Temudo havia realizado nessa data um novo inventário das peças da capela por aquele que constava no livro ser tão antigo que já não correspondia a peças existentes à época na dita capela. Refere o clérigo que Maria Dias (referindo-a erradamente como Domingues) fora camareira da Rainha. Também refere que mandou fazer novo livro de pergaminho e o havia entregado a Francisco Ramalho, lavrador, quem à data possuía as casas em Nossa Senhora de Machede obrigadas à dita capela e era feitor de Luís Botelho de Andrade, administrador da capela. Estava o dito Francisco Ramalho obrigado a dar conta dos livros sempre que os mesmos lhe fossem pedidos<sup>26</sup>.

Em resumo, a fundação de capelas e a comemoração de aniversários representaram, desde a Idade Média, uma percentagem significativa da atividade litúrgico-musical das colegiadas e igrejas paroquiais. Frequentemente, a escassez de fontes musicais tem ofuscado essa atividade dominante, consistindo maioritariamente na prática de cantochão, em detrimento daquilo que se tem como momentos de

24 BPE, Pergaminhos avulsos, Pasta 14, Peça 033.

25 O texto sugere tratar-se de uma capela física dentro do templo, possivelmente alguma das duas que se juntavam à de Maria Dias, no entanto, não foi possível localizar mais detalhes sobre esta capela.

26 BPE, Cód. CXXV/2-8, f. [23r].

atividade polifónica. Estas celebrações envolviam frequentemente toda a comunidade eclesial da colegiada, como é o caso da igreja de São Pedro de Évora, uma vez que a capela representava a responsabilidade de perpetuar a expiação da alma do testador. Na igreja de São Pedro de Évora conclui-se ser a igreja paroquial da cidade com maior atividade deste tipo na primeira metade do século XVI, estando a sua comunidade com grande carga de celebração diária de missas de aniversário. O legado da camareira da Rainha D. Beatriz, Maria Dias, proporcionou a construção de uma capela na igreja dedicada a Santo Cristo e respetiva instituição de uma capela de missas. Talvez devido à importância do legado, viu-se o seu administrador na necessidade de mandar realizar um livro (missal) para uso na capela, especificando as missas e respetivo *proprium* que deveriam ser celebradas nesse espaço que, por inerência, constituía uma paisagem sonora própria dentro da paisagem do templo. Este livro constitui um raro exemplo da codificação e regulação musical de capelas de missa na cidade de Évora na primeira metade do século XVI, apresentando-se como um exemplo, embora maioritariamente textual, do cantochão e sonoridade que se ouviria em determinadas ocasiões do ano litúrgico na Colegiada de São Pedro.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias

Arquivo da Sé de Braga, Ms. 034 [*Gradual de Braga*] <http://pemdatabase.eu/source/2350>.

Arquivo Distrital de Évora, Paróquia de São Pedro, Livro misto 1546-1568 [Lv. 1, Cx. 1].

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 276 [*Tombo das Capelas de Évora*].

Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXV/2-8 [*Livro de defuntos da capela de Maria Dias*].

Biblioteca Pública de Évora, Cód. CVI/1-27 [*Breve relação da vida, e morte do grande Arcebispo de Évora D. Fr. Luís da Silva*].

Biblioteca Pública de Évora, Pergaminhos Avulsos, Pasta 03, Peça 006 [Testamento de Maria Dias].

Biblioteca Pública de Évora, Pergaminhos Avulsos, Pasta 14, Peça 033 [*Lista de aniversários que se cantam na igreja de São Pedro de Évora*].

*Évora, São Pedro – Memórias Paroquiais*, 1758. <http://dx.doi.org/10.17613/0x42-v368>.

*Missale iuxta antiquam almae bracharensis Ecclesiae consuetudinem*. Lisboa: Germam Galharde, 1538. <https://purl.pt/14877>.

*Missale Romanum*. Veneza: Johann Emerich para Lucantonio Giunta, 1498. <https://purl.pt/32311>.

*Missale secundum consuetudinem Elborensis Ecclesie nouiter impressum*. Lisboa: Germam Galharde, 1509 [1519]. <https://purl.pt/14879>.

**Fontes secundárias**

- ALEGRIA, José A. (1944) – A Música em Évora no século XVI (Tentativa de Esboço Histórico). In *A Cidade de Évora*, nº 6, p. 25-43.
- ALEGRIA, José A. (1973) – *História da Escola de Música da Sé de Évora*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALVARENGA, João P. d' (2017) – The Office of the Dead in Portuguese Medieval Uses. In *Revista Portuguesa de Musicologia*, vol. 4, nº 1, p. 167-204.
- BEIRANTE, Maria A. (1982-83) – Capelas de Évora. In *A Cidade de Évora*, nº 65-66, p. 20-50.
- FONSECA, Francisco da (1728) – *Evora gloriosa. Epilogo Dos quatro Tomos da Evora Illustrada*. Roma: Na Officina Komarekiana.
- GODINHO, Silva (1986-87) – Temas Oitocentistas Eborenses – IV Série. In *A Cidade de Évora*, nº 69-70, p. 63-77.
- HAGGH, Barbara (1996) – Foundation sor Institutions? On Bringing the Middle Ages into the History of Medieval Music. In *Acta Musicologica*, vol. 68, fasc. 2, p. 87-128.
- HENRIQUES, Luís (2017) – A paisagem sonora de Évora no século XVII: Perspectivas a partir da actividade musical das instituições religiosas da cidade. In *Book of Proceedings II International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences*. Faro: Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics, p. 355-359.
- JIMÉNEZ, Juan R. (2014) – Música tras la muerte: dotaciones privadas y espacios rituales en la catedral de Sevilla (siglos XIII-XVI). In *Revista de Musicología*, vol. XXXVII, nº 1, p. 53-87.
- MARTINS, Mário (1959) – Trintários. In *Lusitânia Sacra*, nº 4, p. 131-154.
- MENINO, Vanda (2012) – *A Rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*. Lisboa: NOVA FCSH. Tese de doutoramento.
- PEREIRA, Isaías R. (1967-69) – Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481) I. In *Lusitânia Sacra*, nº 8, p. 103-221.
- ROSA, Maria de L. (2005) – «As Almas Herdeiras». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

# SONORIDADES EBORENSES

EDITORES

Vanda de Sá • Rodrigo Teodoro de Paula  
Antónia Fialho Conde • António Camões Gouveia



# SONORIDADES EBORENSES

## **Editores**

Vanda de Sá • Rodrigo Teodoro de Paula  
Antónia Fialho Conde • António Camões Gouveia



## SONORIDADES EBORENSES

Editores: Vanda de Sá, Rodrigo Teodoro de Paula,  
Antónia Fialho Conde, António Camões Gouveia

Capa: António José Pedro

Imagem da capa: Coreto do Jardim Público de Évora. Acervo PASEV

Imagens dos separadores: Página 15 – David Freitas (década de 1960) – Facistol do coro. PT/AFCME/DFT/2/4015. Propriedade do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora. Página 99 – Ricardo Santos (1904) – Retrato de grupo: crianças interpretando o papel de músicos na peça «A Fábria». Propriedade da Sociedade Harmonia Eborense. Página 185 – João Ricardo (2020) – Manuscritos numa sala do Círculo Eborense. Página 311 – Rodrigo de Paula & João Ricardo (2021) – Templo Romano visto da entrada da Igreja de São João Evangelista.

© Edições Húmus e Autores

Edições Húmus, Lda., 2021

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

ISBN: 978-989-755-688-3

Impressão: Papelmunde

1ª edição: Novembro de 2021

Depósito Legal: 491319/21

O presente estudo insere-se no âmbito do Projeto ALT20-03-0145-FEDER-028584/LISBOA-01-0145-FEDER-028584 (PTDC/ART-PER/28584/2017) – “PASEV: Patrimonialização da Paisagem Sonora em Évora (1540-1910)” financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Compete 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).

Esta publicação teve o apoio do CESEM (NOVA FCSH – UÉ), através do projecto estratégico financiado por Fundos Nacionais via FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00693/2020.

Esta publicação teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH – UAc) através do projecto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020).



# Índice

- APRESENTAÇÃO
- 7 Sons... com Évora no centro
- 11 INTRODUÇÃO
- CAPÍTULO I**
- RITOS, SONS E MÚSICA: SONORIDADES ESCRITAS**
- 17 Elementos para o estudo da cerimónia da profissão nos conventos femininos de Évora: dos ditames dos textos escritos ao costume das Casas  
*Antónia Fialho Conde*
- 41 Sons de morte e de glória: a sonoridade ritual das cerimónias da Quebra dos Escudos e da Aclamação, realizadas em Évora (1521-1750)  
*Rodrigo Teodoro Paula*
- 77 O Livro de Missas da capela de Maria Dias: assegurando musicalmente a salvação na Igreja de S. Pedro de Évora no século XVI  
*Luis Henriques*
- CAPÍTULO II**
- SOCIABILIDADES: MÚSICA E DANÇA NOS TEATROS, CORETOS E SALÕES**
- 101 Música e Salões em Évora: a Ópera italiana de Donizetti a Verdi na Biblioteca Manizola do Visconde da Esperança  
*Mauro Dilema*
- 131 «O povo divertiu-se. Ao menos nestes três dias esqueceu a carestia que o oprime» – Bailes de Máscaras, Foliões e Festas de Carnaval na cidade de Évora de oitocentos  
*Vanda de Sá, João Ricardo*

- 155 Do Arraial, à Procissão: aplausos no Coreto e esplendor nas visitas Régias. Novos palcos e novas Bandas na Évora liberal do séc. XIX  
*Vanda de Sá, João Ricardo, Ana Raquel Coelho*

### **CAPÍTULO III**

#### **COLEÇÕES E CIRCULAÇÃO DE OBRAS EM CONTEXTO**

- 187 A música na Biblioteca da Manizola  
*Maria João Albuquerque*
- 207 As obras de Teodósio Augusto Ferreira no contexto do panorama musical eborense do derradeiro quartel de oitocentos  
*Filipe Mesquita de Oliveira*
- 233 Marcos Portugal nos arquivos eborenses: o papel do Agostinho Descalço Frei Fernando José da Conceição Figueiredo  
*António Jorge Marques*

### **CAPÍTULO IV**

#### **SOM E TECNOLOGIA: TRANSFERÊNCIA DIGITAL E PAISAGEM NOVA**

- 313 Plataforma Multimédia Interativa: experiência imersiva da Paisagem Sonora Histórica de Évora  
*André Ferreira, Camila Wohlmuth, Armanda Rodrigues, Nuno Correia*